



PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO 0007756-41.2010.2.00.0000**Requerente:** Carine Nassri da Silva**Requerido:** Tribunal de Justiça do Estado da Bahia**Advogado(s):** DF015410 - Luciana Christina Guimarães Lóssio (REQUERENTE)

RECURSO ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA. OFERTA DE VAGA EM PROVIMENTO INICIAL PARA OPÇÃO DOS MAGISTRADOS DA MESMA COMARCA. CANCELAMENTO DO EDITAL PELO TRIBUNAL. ALEGADO CUMPRIMENTO DE DECISÃO DO CNJ.

1. A opção ou transferência do magistrado da mesma comarca para as vagas abertas não encontra nenhum obstáculo legal, desde que depois seja oportunizada remoção aberta a todos os magistrados interessados.

2. o Tribunal não pode negar vigência ao dispositivo da LOJE, indeferindo o pedido de opção da magistrada e deferir, na mesma ocasião, pedido de outros magistrados, agindo em desacordo com os princípios da isonomia e da impessoalidade.

Recurso recebido e provido.

Trata-se de recurso administrativo manejado pela requerente afirmando que "o objeto do presente procedimento de controle administrativo é a opção tratada no caput do art. 22 da LOJ, e não, como quer fazer entender o TJBA, de transferência ou de remoção *strictu sensu*!"

Por isso, argumentou que o TJBA não estaria seguindo orientação do CNJ e que o edital 280/2009 foi

equivocadamente revogado, juntamente com outros editais.

Também reiterou que é entendimento do CNJ de que os tribunais devem aplicar suas leis de organização judiciária enquanto não houver Estatuto da Magistratura.

Antes do julgamento do recurso, converti o feito em diligência para maiores esclarecimentos do tribunal, o que foi feito.

Novamente pautado o feito, passo a votar:

Lancei a decisão monocrática combatida com o seguinte teor:

Trata-se de Procedimento de Controle Administrativo promovido pela magistrada Carine Nassri da Silva, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Ilhéus-Ba em face do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Afirma a Requerente que respondeu ao Edital nº 280/2009, candidatando-se à remoção ou transferência pelo critério de merecimento para a 3ª Vara dos Juizados da comarca de Ilhéus, criada em 25/11/2009.

Informa que o Tribunal sempre adotou o critério da transferência para os magistrados da mesma localidade e que foi a única habilitada no caso específico de Ilhéus, porém o Tribunal anulou o edital, sem qualquer motivação e republicou uma oferta da 3ª Vara dos Juizados de Ilhéus genericamente.

Relata que em 16/09/2010 o tribunal *"permitiu a uma magistrada da comarca de Salvador-Bahia que simplesmente optasse pela titularidade de Vara recém-criada, sem que houvesse edital ou outra licitatória de oferta de referida vaga."*

Argumenta que o tribunal sempre deu preferência aos magistrados titulares da comarca quando instalava novas varas, motivo pelo qual ingressou com requerimento administrativo, que foi julgado improcedente, sem fundamentação, motivando a oposição de embargos de declaração, sob o argumento de que o pedido deduzido visava dar cumprimento à Lei de Organização Judiciária (LOJ), que garante o direito de opção ao magistrado.

Os embargos foram acolhidos parcialmente para reconhecer a "inexatidão material" e negar à requerente o direito de opção pleiteado, novamente sem fundamentação.

Discorreu sobre o direito de opção previsto no art. 22 da LOJ e frisou que o CNJ já decidiu que as regras de remoção obedecem a Lei de Organização Judiciária de cada Estado, até que se crie o Estatuto da Magistratura.

Requeru suspensão liminar dos efeitos do Edital 44/2010 e a procedência do pedido para anular tal edital, oferecendo a vaga para opção dos juízes da comarca.

Solicitei informações do TJ-BA e, posteriormente concedi liminar para suspender a votação do edital questionado pela Requerente, a esta altura com o nº 249/2010.

Em suas informações o tribunal confirma as afirmações da Requerente e destaca que analisando "*os Editais 267 a 280/2009, verificou que houve equivoco, não somente na forma como foram oferecidas as vagas, mas também nos critérios para seus preenchimentos*", na medida em que a mudança na lei de organização judiciária ensejou a reclassificação de entrâncias, tornando equivocados diversos critérios adotados nos editais.

Também refere que decidiu oferecer as vagas para remoção por conta da decisão do CNJ no PP 200810000029457.

Aduz, por fim, que a 3ª Vara dos Juizados de Ilhéus não é vara desmembrada, que ensejasse o direito de opção da requerente, mas é vara nova. Os casos citados pela Requerente eram todos de desmembramento.

Antes de levar a liminar concedida para referendo do Plenário, recebi novas informações do TJ/BA, reiterando que agiu conforme decisão deste Conselho, o que me levou a revogar a liminar, permitindo a continuidade do certame na data designada para julgamento dos pedidos.

Com nova impugnação da Requerente às informações prestadas pelo Tribunal, o processo veio concluso para decisão.

Relatei e decido:

A questão é recorrente nesta Corte.

Recentemente, em processo de minha relatoria, por unanimidade o plenário assentou que efetivamente os tribunais devem agir de acordo com suas leis de organização judiciária, respeitando o princípio federativo, até que o Estatuto da Magistratura seja ultimado:

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TJ-SC. MAGISTRADO QUE DENUNCIA DESCUMPRIMENTO DO ART. 81 DA

LOMAN. OFERTA DE VAGAS EM PROVIMENTO INICIAL PARA OPÇÃO DOS MAGISTRADOS DA MESMA COMARCA CONFORME LEI ESTADUAL, COM POSTERIOR CONCURSO DE PROMOÇÃO AOS DEMAIS MAGISTRADOS INTERESSADOS PARA PREENCHIMENTO DA VAGA QUE SURGE.

1. O Tribunal tem competência constitucional para propor sua organização judiciária e pode estabelecer o sistema de opção para provimento de vaga inicial nas comarcas do Estado, assim como detém competência para definir os critérios de remoção a pedido e permuta de magistrados, nos exatos termos da Resolução n° 32, com as modificações da Resolução n° 97 do CNJ.

2. Por outro lado, a vaga remanescente após a opção do magistrado da mesma comarca, deve ser obrigatoriamente ofertada para remoção dos magistrados de igual entrância, cumprindo o que determina o art. 81 da LOMAN.

3. Pedido parcialmente procedente. (PCA 0006126-47.2010.2.00.0000, Rel. Marcelo Nobre. Julgado em 14/12/2010 - DJE 229/2010, p. 18/28, de 16/12/2010)

E nesta decisão, como em todas as demais decisões desta Corte sobre o tema, ficou claro que não há obstáculo algum a existência de previsões como opção, transferência, remoção primeiro entre os magistrados da comarca onde surgiu a vaga e etc., desde que não haja afronta à Constituição.

Assim, se pode acomodar melhor o interesse dos magistrados e, por consequência, do jurisdicionado. Tal é a lógica da atual interpretação do CNJ sobre o assunto.

Porém, nem sempre foi assim, e já houve decisão, como aquela referida pelo TJ/BA, que prestigia a remoção geral, aberta para todos os magistrados, como a forma mais adequada.

E, havendo o tribunal seguido essa orientação do CNJ, não pode ter agora anulado os editais que proclamou em razão dessa orientação. O não cumprimento da decisão do CNJ pelo TJ/BA causaria inaceitável descumprimento de ordem, gerando consequências nefastas. Por outro lado, se o CNJ mudou seu posicionamento no transcorrer do concurso aberto, não poderia o TJ/BA refazer o edital para se adequar novamente a nova orientação. Seria a consagração da insegurança jurídica.

Portanto, apesar do posicionamento desta Corte ter mudado, a mudança somente ocorreu neste ano, dentro de um processo do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Como se vê, eram diversos editais que acomodavam o interesse de diversos magistrados e que preenchia as vagas em

diversas comarcas, para benefício dos jurisdicionados.

E, neste caso, o interesse individual da Requerente, em mudar-se de uma vara para outra da sua própria comarca, me pareceu ter menos peso quando examinada conjuntamente com o interesse coletivo de todos os outros candidatos inscritos e que preenchiam os requisitos exigidos pelo edital formulado conforme decisão desta Corte. Repita-se, para não se esquecer, o edital aqui combatido foi elaborado conforme orientação desta Corte.

É certo que o Tribunal deve, doravante, seguir a nova orientação do CNJ, mas até o momento em que publicou os editais de remoção estava perfeitamente acobertado pela decisão do CNJ. Não seria coerente anular o concurso que foi realizado conforme determinação deste CNJ em razão da Corte posteriormente ter mudado seu entendimento. Isso geraria, no mínimo, insegurança jurídica inaceitável.

Desta forma, entendo que não há controle a ser promovido neste caso.

Ante o exposto, **julgo improcedente** o presente procedimento de controle administrativo.

Intimem-se, servindo a presente como mandado, e arquivem-se.

Brasília, 05 de abril de 2011

De fato, entendi que o Tribunal estava a seguir a anterior orientação desta Corte, não podendo ter os editais anulados, com conseqüências para diversos magistrados e, especialmente, para os jurisdicionados.

Aliás, sobre este aspecto convém ressaltar que a modificação da situação que se consolidou somente poderia ensejar nefastos prejuízos no andamento dos processos e aos jurisdicionados, que não têm nenhuma relação direta com o processo de remoção dos magistrados.

Porém, com os novos esclarecimentos, tive condição de examinar melhor a questão e verificar que a Requerente tem razão.

O Tribunal descumpriu efetivamente o art. 22 da LOJE, porém, o mais grave foi ter dado tratamento diferente aos magistrados, o que ofende os princípios da Administração

Pública, em especial a impessoalidade com que as questões devem ser tratadas, para evitar o cometimento de injustiças, como por exemplo, ao princípio da isonomia.

Se o tribunal aplicou o entendimento do CNJ ao caso da Requerente, deveria ter assim agido também em relação ao demais magistrados, conforme demonstra a Requerente.

Ao que se pode observar, o Tribunal procurou atender aos magistrados promovendo as mudanças de acordo com a vontade de quase todos, porém, a Requerente não foi tratada desta forma, tendo sido preterida em sua opção que estava baseada na norma vigente naquele Estado.

Neste sentido foi a observação do Ilustre Conselheiro Lucio Munhoz, que apontou a questão desde o primeiro ingresso deste processo em pauta de julgamento.

Revendo, portanto, meu posicionamento inicial, vejo que razão assiste à Requerente, devendo ser anulado o Edital de Remoção apenas no aspecto em que indeferiu sua opção pela 3ª Vara dos Juizados Especiais de Ilhéus, devendo ser evitado prejuízo aos demais magistrados eventualmente removidos pelo mesmo edital.

O TJ/BA deve adotar as medidas cabíveis para acomodar os interesses dos magistrados envolvidos no cumprimento da presente decisão: a requerente e o juiz titular da 3ª Vara dos Juizados Especiais de Ilhéus atualmente.

Ante o exposto, recebo o recurso e lhe dou provimento para determinar que o Tribunal de Justiça acate o pedido de opção da magistrada, na forma da LOJE, exatamente como fez com os outros magistrados.

É como voto.

Brasília, fevereiro de 2012.

MARCELO NOBRE
Conselheiro

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por MARCELO NOBRE em 10 de Fevereiro de 2012 às
17:13:03

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:
d77fb55b93f66133f0959b27e6cefd1



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

28/04/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **1042459**



12022911132600000000001041751